



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



Resolução nº 011/20, de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a informatização do processo legislativo municipal, autoriza a contratação de empresa da área de tecnologia da informação, para implantação de processo legislativo eletrônico e dá outras providências.

A **MESA DIRETORA** da Câmara de Vereadores de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul;

Faço saber que o Plenário aprovou e Eu sanciono e Promulgo a seguinte Resolução.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizado o uso de meio eletrônico na tramitação de proposições junto ao Poder Legislativo Municipal, bem como a respectiva comunicação e transmissão de atos legislativos.

§ 1º A partir da implantação do sistema que trata o presente artigo, as proposições, seja elas de origem do Legislativo, do Executivo ou de Iniciativa Popular, serão protocoladas pela via eletrônica, passando a respectiva tramitação, as deliberações das Comissões e do Plenário serem processadas por meio eletrônico, devidamente registradas no próprio sistema e disponibilizadas via rede mundial de computadores.

§ 2º As proposições, pareceres e demais documentos serão assinados eletronicamente, por meio do login e senha de cada Agente Político ou Servidor Habilitado, previamente cadastrado.

§ 3º A senha que permitirá o acesso e o uso do sistema, será secreta e escolhida pelo respectivo Agente Político, Servidor Habilitado e ou Usuário cadastrado e, será gravada no sistema para uso da própria pessoa, sendo intransferível e de seu exclusivo conhecimento e responsabilidade.

Art. 2º Fica autorizado a realização das Reuniões das Comissões Permanentes por meio de reunião virtual, devendo serem reguladas por ato da Mesa Diretora, com a concordância da Presidência da respectiva Comissão.

Parágrafo único. O Ato que normatizar a realização de reuniões pela via virtual, regulará o período de duração das respectivas reuniões. Art. 3º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a contratar empresa da área de tecnologia da informação, para implantação de sistema que permita a realização dos processos legislativos pela via eletrônico, bem como para o respectivo armazenamento dos dados.

§ 1º O sistema a ser contratado pelo respectivo Poder deverá ser acessível, ininterruptamente, por meio da rede mundial de computadores, de forma a assegurar o livre acesso à informação, inclusive a todos os interessados, conforme estabelece a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.